

TCU ameaça cortar os 26,05 % da UFRJ

> **Adufrj prepara recurso para garantir percentual dos docentes**

KELVIN MELO E SILVANA SÁ
comunica@adufjrj.org.br

O Tribunal de Contas da União avisou ao reitor Roberto Leher que irá determinar o corte dos 26,05% (Plano Verão) dos salários de professores e servidores da UFRJ. No entendimento do TCU, o índice de 1989 já foi absorvido pelos reajustes posteriores na carreira e não deveria mais ser pago. A reitoria está sendo pressionada a cumprir a determinação, sob pena de possível multa contra Roberto Leher. O reitor foi ao TCU, em Brasília na quinta-feira, 3 de agosto.

A assessoria jurídica da Adufrj está elaborando a defesa em parceria com a reitoria e aguarda o parecer do ministro relator do processo, Vital do Rêgo Filho. “Havendo decisão desfavorável para os professores, vamos tomar todas as medidas legais cabíveis”, disse a advogada Ana Luísa Palmisciano. A princípio, os docentes que fazem parte da ação movida pela Adufrj

em 1989 estão com o direito assegurado por conta de decisão do Tribunal Regional do Trabalho, em 1993, e reafirmada em 2015.

Cerca de 13 mil pessoas na UFRJ correm o risco de perder parte de seus salários. Entre professores, são 968 ativos e 2.167 aposentados, segundo os cálculos da reitoria. Os técnicos somam 5.335 ativos e 4.361 aposentados ameaçados.

Na última reunião do Conselho Universitário (Consuni), na quinta-feira, 10, o reitor afirmou que trabalha para a manutenção do índice para todos. “Os 26,05% resultam de atos legais e legítimos. Já apresentamos um primeira defesa dos pagamentos. Trabalhamos de maneira dialógica com os sindicatos de técnicos e de professores”, garantiu Leher.

Agnaldo Fernandes, pró-reitor de Pessoal, informou que a UFRJ prepara um memorial com todo o histórico que garantiu o percentual aos servidores e professores. “Na reunião que tivemos com o ministro Vital do Rêgo Filho,

deixamos claro que se trata dos salários das pessoas. Um direito conquistado há 30 anos e que está congelado desde 2006”, explicou. “Já apresentamos documentação mostrando que há decisão favorável do Tribunal Regional do Trabalho pela manutenção dos pagamentos”, completou.

AMEAÇA CONSTANTE

Há quase três décadas, os servidores da UFRJ amargam insegurança em relação aos 26%. Em 2006, o índice foi congelado e novos servidores não tiveram mais acesso ao ganho. Dois acordãos do TCU, de 2005 e de 2012, previam a revisão do índice a fim de regularizar e extinguir gradativamente a rubrica. Até hoje essa revisão não foi realizada e os pagamentos continuam.

A assessoria de imprensa do TCU afirmou que os ministros não concedem entrevistas sem que o processo esteja na pauta da Sessão Ordinária do Tribunal. Não há data confirmada para que o tema volte à pauta.

UERJ: #TAMOJUNTO

■ Na segunda-feira (7), professores, estudantes e técnicos da UFRJ realizaram um ato em solidariedade à Uerj. A manifestação, organizada pela Adufrj, aconteceu no CT, no Fundão e teve como mote “UERJ #TamoJunto”, exposto em faixa e cartazes.

Para ajudar os docentes das estaduais, que estão com os salários atrasados há meses, o Andes montou um fundo de solidariedade. Todos podem contribuir. As doações podem ser feitas no Banco do Brasil, conta corrente 403727-8, Agência Postalís (2883-5). A Adufrj repassou R\$ 10 mil.

Criado há dois meses, o fundo efetuou uma primeira distribuição para 64 professores. Cada um recebeu R\$ 600. O balanço do segundo mês seria fechado no dia do fechamento desta edição. Até a véspera, a conta tinha aproximadamente R\$ 60 mil.

Fotos: Elisa Monteiro

ELES NÃO PODEM PAGAR



“ Na minha opinião, a maioria não pode pagar pelo curso. Sou do interior do Maranhão, filho de camelô e professor. Se tivesse mensalidade, a família ficaria sobrecarregada.

THALÍS GABRIEL AZEVEDO
19 anos, Medicina



“ Quem vem da Baixada, como eu, não pode pagar para estudar. O acesso já é uma dificuldade. Se a permanência for paga, a gente estará de fora mesmo.

THUANE NASCIMENTO
20 anos, Direito



“ Se tivesse que trabalhar para pagar o curso, com certeza não teria o mesmo rendimento. Aliás, a universidade também não teria a mesma excelência. A UFRJ só é o que é porque é pública.

IURI RAMALHO
25 anos, Eng. metalúrgica



“ Minha mãe é aposentada e ganha R\$ 1.400 por mês. A pensão que meu pai nos dá não passa de R\$ 1.000. Mensalidade tonaria o ensino superior inviável para mim.

BRUNA VIEIRA
20 anos, Nanotecnologia



“ Sou filha de autônomo com doméstica. Não tenho dinheiro para pagar. Só a passagem de Campo Grande para Praia Vermelha já pesa nas contas de casa.

TAÍS SOUZA
22 anos, Pedagogia



“ Quem está na federal deu muito duro para entrar. Se começar a cobrar, não vai ser mais por mérito como é hoje.

PRISCILA SOUZA
31 anos, Enfermagem

A farsa da cobrança de mensalidades

> Estudo da Andifes mostra que apenas 10% dos estudantes poderiam pagar a universidade

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjrj.org.br

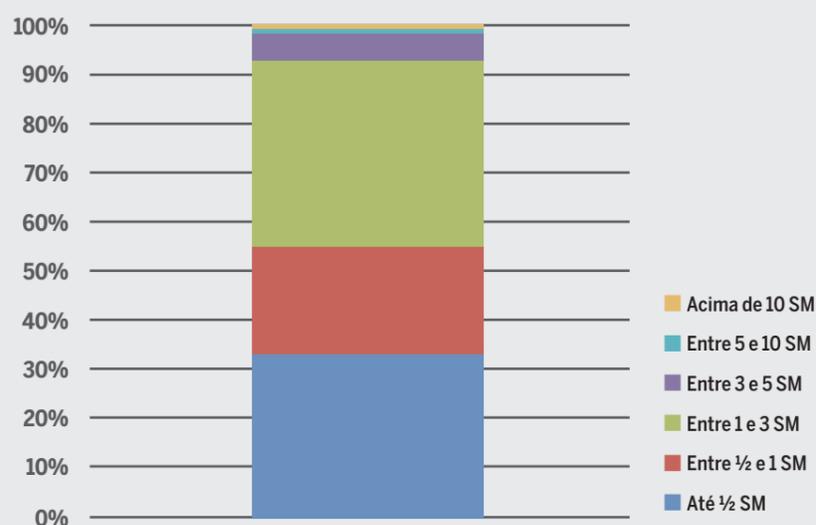
Um estudo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior desmonta a tese de que aluno da universidade pública é filho da elite e poderia pagar pelos estudos. Com base em dados de 2014, ele indica que aproximadamente 65% dos estudantes de graduação das Ifes vêm de famílias cuja renda familiar per capita está abaixo de 1,5 salário mínimo. Ou seja, de baixa renda, segundo critério do Programa Nacional de Assistência Estudantil. O levantamento alcançou cerca de 130 mil pessoas, o equivalente a 10% do total das

matrículas em 62 universidades federais.

A pesquisa foi utilizada pela campanha Conhecimento Sem Cortes em um vídeo que circula nas redes. “Estão dizendo por aí que as instituições de ensino superior deveriam deixar de ser gratuitas. Isso porque, supostamente, a maioria dos seus alunos poderia pagar mensalidades. Isso não é verdade!”, afirma Tatiana Roque, presidente da Adufrj, logo no início.

O novo perfil socioeconômico dos estudantes das federais aponta que mais da metade desses jovens está na faixa de renda bruta familiar de até três salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.800. Imediatamente acima, cerca de 20% contam com até

Distribuição dos alunos das universidades federais POR RENDA PER CAPITA FAMILIAR, 2014



Além da renda bruta familiar, outra leitura do estudo do Andifes (de 2014) demonstra a impossibilidade de cobrança de mensalidade nas universidades públicas: menos de 7% do alunado tem renda per capita familiar superior a três salários mínimos.

cinco salários (R\$ 4.700) e outros aproximadamente 20% com 10 salários (entre R\$ 4.700 e R\$ 9.400). Enquanto apenas 10% dos alunos chegariam à economia doméstica acima de 10 salários.

“Essa pequena faixa azul no topo do gráfico são famílias cuja renda é superior a R\$ 9.400. São famílias que recebem mais que dez salários mínimos. Esses são os únicos estudantes cujas famílias poderiam pagar um ensino superior de qualidade”, destaca o professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) Cleber Haubrics.

“Cobrar só dos estudantes que podem pagar seria irrelevante diante dos custos das universidades”, alerta o vídeo. O material pode ser visto e replicado a partir do Facebook da Adufrj.

DEPOIMENTOS CONFIRMAM VÍDEO

A reportagem foi conferir o significado destes indicadores. Foram ouvidos alunos de graduação sobre a possibilidade de cobrança de uma mensalidade no valor de custo médio mensal no mercado: R\$ 2 mil.

Thalís Azevedo é um caso exemplar, com origem humilde no interior do Nordeste do país, o jovem declara que a cobrança na UFRJ teria acabado com as chances de ter um médico na família. “Só me manter aqui já é complicado. Outro amigo do Maranhão não conseguiu e voltou”. Já Thuane Nascimento, do Direito, expressa a juventude da Baixada que compõe a primeira geração familiar na universidade pública. “Minha irmã tem idade para estar na faculdade, mas não conseguiu entrar”.

VÍDEO

Valongo é 100

As pesquisas que revelaram ao mundo o Cais do Valongo, na zona portuária do Rio, foram realizadas por um grupo de arqueólogos da universidade. “Uma pesquisa da UFRJ, com a chancela da instituição”, enfatiza a professora Tânia de Andrade Lima, do Museu Nacional, que liderou

a equipe nas escavações.

Como se sabe, essa porta de entrada de africanos para a escravidão no Brasil foi reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em julho. O Cais do Valongo é o tema do vídeo da série *UFRJ é 100*, no ar nas redes sociais. O programa produzido



pela Adufrj mostra a excelência da universidade em diversas áreas do conhecimento.

A professora Gláucia Seni, arqueóloga da equipe de Tânia Andrade, diz que a descoberta do Cais do Valongo teve significado especial para os estudos da arqueologia da diáspora africana.

“Foram mais de duas mil contas de colares encontrados”, destaca.

Mãe Celina, presidente do Centro Cultural Pequena África, convocada pela equipe da UFRJ para auxiliar na identificação das peças encontradas, se emociona. “Vivo um grande encontro como mulher negra e ativista cultural na região”.

Tesourômetro contra Temer...

ASC/ADUnB



Tesourômetro está localizado em via que fica no caminho dos parlamentares

A campanha Conhecimento Sem Cortes inaugurou nesta quarta-feira (9), em Brasília, um estratégico tesourômetro. O painel eletrônico que mostra, minuto a minuto, os cortes na Educação e na Ciência desde 2015, foi instalado numa via que liga o aeroporto ao Congresso. Bem à vista, portanto, dos parlamentares que vão votar o orçamento de 2018.

Carlos Frederico Leão Rocha, professor do Instituto de Economia e vice-presidente da Adufrj, explicou, em um debate realizado na Universidade de Brasília, os cálculos que movem o tesourômetro: instituições federais de ensino superior, Capes e Ministério de

Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações estão perdendo cerca de R\$ 500 mil por hora ou R\$ 8 mil por minuto em comparação com o orçamento de 2015. A cifra já ultrapassou R\$ 11 bilhões. Ele destacou que o governo tem o dinheiro para aplicar nestas áreas: “É uma questão de prioridade. Este mês, para não ser impedido, Temer destinou R\$ 8 bilhões para o agronegócio”.

Organizaram o evento na capital federal a Adunb e a SBPC. O debate também contou com a presença de novas apoiadoras da campanha: Academia Brasileira de Ciências e as entidades sindicais Andes e Proifes.

ISABELLA DE OLIVEIRA · estagiária

...Betinho a favor da ética

“Sua prioridade absoluta era combater a fome e a miséria em favor da vida. E consolidar a democracia como valor”. Assim o teólogo Leonardo Boff definiu Herbert de Souza, no evento “Celebrar Betinho” promovido nesta quarta-feira. A solenidade na Coppe ocorreu exatos 20 anos após a morte do ativista dos direitos humanos que mobilizou o Brasil na década de 90.

André Spitz, coordenador do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep), avaliou a importância da obra de Betinho para o momento atual do país. “A gente continua com a mesma

agenda de 20 anos atrás. A sociedade está meio apática, perdida nos rumos que deve tomar”, disse.

Luiz Pinguelli Rosa, professor emérito da Coppe, citou que a vela colocada no auditório era uma “reliquia simbólica”: Betinho a utilizava em reuniões no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

A esposa de Betinho, Maria Nakamo, participou das atividades. Para ela, a homenagem é fundamental. “Ele sempre disse que estaria presente na medida em que fosse lembrado, e está vivo no momento de responder aos novos desafios da sociedade brasileira”.

ISABELLA DE OLIVEIRA · estagiária

Divulgação/Coppe



Esposa de Betinho, Nakamo plantou uma muda no Jardim da Cidadania, no CT